

▶ **ALE DÁ TÍTULO A PADRE ITALIANO**
Pietro Vignola ajudou a fundar o bairro da Cidade Nova

5 ▶ **ENTREVISTA COM JOSÉ MELO**
6
Governos vai investir R\$ 200 milhões no interior

GUERRA JURÍDICA

Justiça vai definir eleições

Fotos: Euzivaldo Queiroz

PRINCIPAIS CANDIDATOS A PREFEITO PODEM SE TORNAR INELEGÍVEIS POR ESTAR SENDO PROCESSADOS

GERSON SEVERO
ENVIADO ESPECIAL

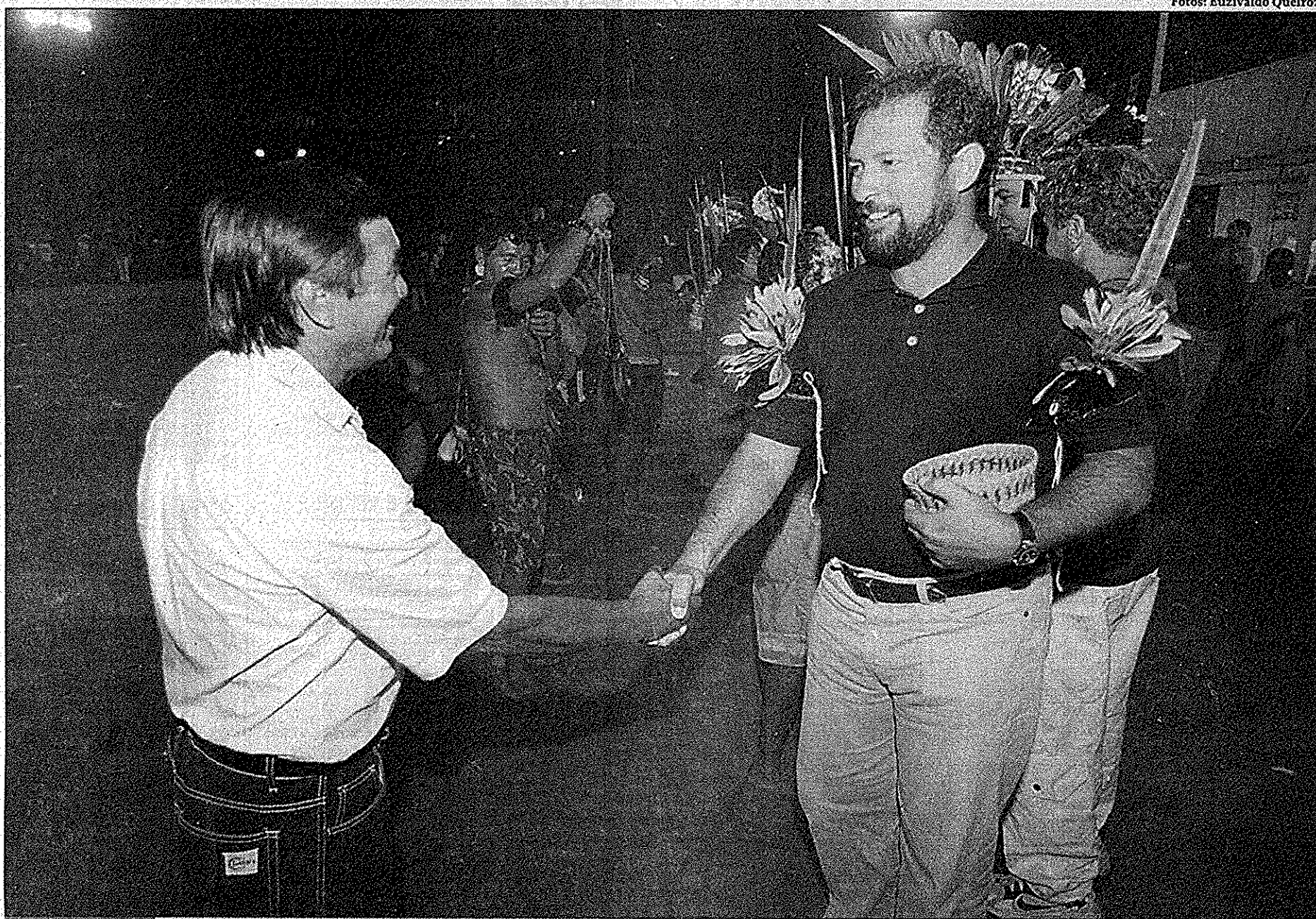
S À O
GABRIEL
D A
CACHOEIRA -
A eleição para
prefeito de São
Gabriel da
Cachoeira (a
858 quilôme-
tros de Manaus)



vai ser decidida pelos seus 14 mil eleitores, mas antes terá um capítulo à parte nos tribunais, onde os quatro principais candidatos enfrentam processos por improbidade administrativa.

A situação mais grave é a do prefeito Amilton Gadelha (PTB), que já teve seus direitos políticos cassados por três anos em sentença proferida pelo juiz René Gomes da Silva Júnior. De acordo com a sentença, Gadelha recebeu indevidamente, no dia 1º de 1998, R\$ 5.485,00 a título de 13º salário. Acusado de improbidade administrativa e enriquecimento ilícito pelo Ministério Público Estadual, Gadelha escapou da condenação por enriquecimento ilícito ao provar que devolveu o dinheiro aos cofres públicos assim que soube da ilegalidade do recebimento. Da condenação por improbidade administrativa, ele recorreu até o Supremo Tribunal Federal. "Vai ser uma eleição de advogados porque todos os possíveis candidatos têm obstáculos na Justiça para transportar antes das eleições", avaliou Amilton, referindo-se aos seus adversários Raimundo Quirino (PFL) e Juscelino Otero Gonçalves (PSL), ambos ex-prefeitos, e o vice-presidente da Câmara Municipal, Antônio Cardoso (PDT).

Confiante em sua assessoria jurídica, comandada pelo advogado e ex-prefeito de Tabatinga, Francisco Balleiro, Amilton Gadelha afirma que ainda não há nada de definitivo em relação a sua candidatura, mas reconhece que seu nome será colocado para a avaliação dos partidos que lhe apoiam na prefeitura. "A tendência é que vamos



LEMBRANÇAS Prefeito Amilton Gadelha recebe presentes de líder indígena no Festibal, em S. Gabriel da Cachoeira

disputar a reeleição, mas estamos aguardando a posição do Tribunal de Justiça do Amazonas sobre o recurso que impetramos contra a condenação na primeira instância", afirma.

Para garantir sua candidatura, o prefeito está tentando formar um arco de aliança com partidos de esquerda e de direita, como é o caso de PSDB, PTB, PMDB, PH, PST, PCdoB e parte do PT, seu antigo partido.

Um outro problema jurídico, contudo pode colocar 'água no chopp' do prefeito, pois Balleiro teria perdido o prazo para recorrer da sentença do juiz René Gomes. "O pedido de recurso deu entrada com 18 dias após a notificação da sentença e, certamente, o juiz deverá julgá-lo intempestivo", afirmou uma fonte.

EX-PREFEITO

O segundo com mais problemas eleitoral é o ex-prefeito Jus-

celino Otero Gonçalves (PSL). Ele enfrenta, pelo menos, três processos que poderão lhe deixar inelegível.

No mais adiantado, ele é acusado de fragmentar despesas para não realizar processos licitatórios, ferindo assim a Lei 8.666/93, das licitações. No mesmo processo, ele é acusado de vincular o salário de prefeito e, consequentemente o de vice e dos vereadores, à receita municipal. Nos autos da denúncia, o procurador-geral de Justiça, Mauro Luiz Campbell Marques, que fez todo o processo e enviou-o para o

promotor da Comarca de São Gabriel, Carlos José Alves de Araújo dar seguimento, considerou essa vinculação "apropriação de rendas públicas em proveito próprio". "...ele efetuou despesas para o município não autorizadas por lei e em desacordo com as normas financeiras pertinentes", escreveu Marques.

O promotor Carlos José Alves de Araújo, 34, disse que por esses problemas, denunciou Juscelino por crime de responsabilidade e pediu a perda de seus direitos políticos e a imediata devolução aos cofres públicos de R\$ 163.746,00 recebidos indevidamente.

O promotor, contudo, considera que esse não foi o crime mais grave cometido por Juscelino. Ele está denunciando também o ex-prefeito por ter feito mais de cem doações de terrenos sem obedecer a Lei 8.666/93 e a Lei Orgânica do Município.

"Ele doou, por exemplo, um terreno de 14 metros quadrados onde seria construída a ampliação do Hospital de Guarnição para quatro pessoas assim divididos: cinco mil metros para seu então vice-prefeito, Arthur Coimbra da Silva, e logo o terreno ao lado, de dois mil metros, para a esposa do seu vice, Joana Pechar. Da mesma forma ele doou cinco mil metros para sua irmã e dois mil metros para o cunhado. De forma que cada família beneficiada ficou com sete mil metros quadrados", explicou Carlos José, que na denúncia oferecida a Justiça pediu a anulação de todas as doações e a suspensão dos direitos políticos de Juscelino Otero Gonçalves.

CRIME ELEITORAL

O ex-prefeito Raimundo Quirino (PFL) já foi pego cometendo crime eleitoral logo no início

desse ano. "Antes de começar o processo eleitoral, ele já estava distribuindo calendários e relógios, com seu nome e o número de seu partido. Outro problema que já detectei é que em seu comércio ele está fazendo distribuição de sacolas de rancho para eleitores, ferindo assim a Lei 9.504/97, que vai reger essa eleição", disse Carlos José. Por esse crime, Quirino pode pagar multa e também se tornar inelegível.

Além do crime eleitoral denunciado pelo presidente do diretório municipal do PT, Elias Brasileiro, Quirino também responde a, pelo menos, outros três processos criminais que estavam sendo analisados nos juizados de segunda instância, mas deverão voltar para a comarca de São Gabriel. "São ações por uso incorreto do dinheiro de convênios proposto pela prefeitura e que poderão lhe tornar inelegível", avalia o promotor.



JUSCELINO

Ex-prefeito tem três processos

CANDIDATO DAS ESQUERDAS

Ex-presidente reteve Imposto de Renda

Provável candidato das esquerdas, vereador Antônio Cardoso (PDT) é acusado de reter o Imposto de Renda na fonte dos vereadores da Câmara durante sua gestão na presidência da Casa (97-98) e não repassá-lo aos cofres do município como manda a legislação. "Ele pegava esse dinheiro e o colocava como receita da Câmara", disse o promotor de São Gabriel, Carlos José. "Além disso, descobri que ele também fracionou despesas para não realizar licitação para as obras de construção do anexo da Câmara", completou. Cardoso ainda não foi chamado para se defender dessas acusações, mas disse que desde que a Câmara existe em São Gabriel o dinheiro do IR entra como receita da Casa. "Estou tranquilo com relação ao processo, pois minhas contas de 97 já foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado e as de 98 só deram problemas



CARDOSO "O dinheiro foi aplicado na Câmara"

nessa questão da consignação do imposto, o que, no máximo, poderá ser considerado um erro técnico, pois o dinheiro foi aplicado na Casa", defendeu-se. Conforme o promotor Carlos José, contudo, mesmo que prove que gastou o dinheiro na Câmara, Cardoso não podia fazer isso e infringiu a lei ao usar um dinheiro que não estava previsto no orçamento. "Vou pedir a devolução de R\$ 38.447,11, o pagamento de multa e também a

suspensão de seus direitos políticos", contou. Pelos mesmos motivos usados no caso de Cardoso, Carlos José também denunciou os ex-presidentes da Câmara e atuais vereadores Aelson Dantas da Silva e Erivelto da Silva Coimbra. "Eles também retiveram o Imposto de Renda sem repassar aos cofres do município e no caso de Erivelto também houve fracionamento de despesas para se evitar licitação, disse.

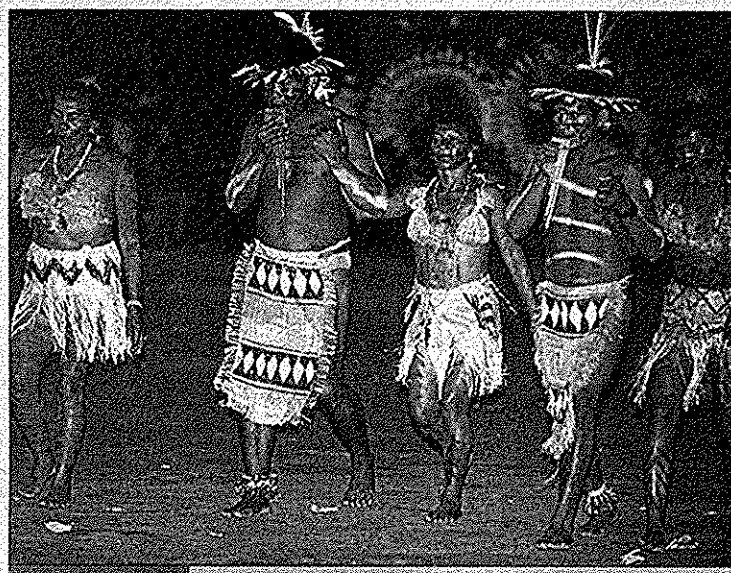
Índios têm seus candidatos

Longe dessa briga na Justiça uma turma acompanha de camarote e evolução do quadro eleitoral e a qualquer momento pode colocar seus nomes à disposição para brigar pela prefeitura.

As lideranças indígenas de São Gabriel, por exemplo, estão articulando o lançamento de uma candidatura indígena. Na Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, os dirigentes estão trabalhando com dois nomes considerados fortes numa disputa sem os quatro grandes (Gadelha, Cardoso, Juscelino e Quirino). O primeiro deles é Braz Franca, um índio Baré filiado ao PCdoB. O outro é Lucas Tucano, que vive em Manaus, mas tem interesse na disputa.

Grande vitorioso da eleição de quatro anos atrás, quando elegeu o primeiro prefeito petista de município amazonense, o presidente do diretório municipal do PT, Elias Brasilino de Souza, 35 disse que o partido está reunido para definir um projeto mínimo de governo. "Hoje estamos oscilando entre o lançamento da candidatura própria e o apoio a algum candidato que seja de partidos de dentro do arco de alianças definido pelo diretório nacional", disse.

Pelo nomes que estão colocando, Elias afirma que a tendência



EVOLUÇÃO Agremiação Walpes dança no Festibal

será apoiar Antônio Cardoso. "Ele é do PDT, um partido que está no arco de alianças e as acusações contra ele não são por enriquecimento ilícito, de forma que se ele conseguir sair candidato nós poderemos vir a apoiá-lo", explicou. Sobre Braz Franca e Lucas Tucano, Elias disse que o PT é um partido que apoia movimentos populares como o dos índios e nesse caso também esses nomes serão avaliados. "No caso do Braz, fica mais fácil apoiá-lo, pois ele é do movimento e de um partido aliado. Já o Lucas não, ele

é do PTdoB e também não está diretamente envolvido no movimento daqui, pois mora em Manaus, explicou.

No lado do governo, caso Amilton não consiga se livrar dos problemas com a Justiça, possibilidade que ele considera remota, surge o nome do ex-secretário municipal de Educação, Gerssen Nazareno, que é índio, e hoje presta assessoria em Brasília devido ao bom trabalho realizado à frente da Samed local. Trabalho que por sinal deu vários prêmios a administração de Gadelha.